



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Lize de Maria Brandão de Sa Costa – SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Regina Maria da Costa Leite – SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Themis Maria Pacheco de Carvalho - CORREGEDORA-GERAL DO MP
Marileia Campos Dos Santos Costa - SUBCORREGEDORA-GERAL DO MP
Maria Luíza Ribeiro Martins – OUVIDORA DO MP
Karla Adriana Holanda Farias Vieira – DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MP
Júlio César Guimarães – DIRETOR-GERAL DA PGJ
José Márcio Maia Alves - DIRETOR DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Carlos Henrique Rodrigues Vieira – DIRETOR DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
José Henrique Frazão Costa - DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
Lucia Cristiana Silva Chagas – ASSESSORA-CHEFE DA PGJ
Theresa Maria Muniz Ribeiro De La Iglesia – CHEFE DE GABINETE DA PGJ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

José Antonio Oliveira Bents	Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Regina Lúcia de Almeida Rocha	Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Maria dos Remédios Figueiredo Serra	Teodoro Peres Neto
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	Rita de Cassia Maia Baptista
Iraci Martins Figueiredo Aguiar	Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes	Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Lígia Maria da Silva Cavalcanti	Sâmara Ascar Sauaia
Krishnamurti Lopes Mendes França	Themis Maria Pacheco de Carvalho
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	Maria Luíza Ribeiro Martins
Selene Coelho de Lacerda	Mariléa Campos dos Santos Costa
José Henrique Marques Moreira	Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Domingas de Jesus Fróz Gomes	Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Eduardo Daniel Pereira Filho
Clodenilza Ribeiro Ferreira	Carlos Jorge Avelar Silva
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro	Lize de Maria Brandão de Sá Costa
Regina Maria da Costa Leite	

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Biênio 2019/2021)

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Themis Maria Pacheco de Carvalho - CORREGEDORA-GERAL DO MP
Domingas de Jesus Fróz Gomes - CONSELHEIRA
Francisco das Chagas Barros de Sousa - CONSELHEIRO
Mariléa Campos dos Santos Costa – CONSELHEIRA
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato - CONSELHEIRO
Carlos Jorge Avelar Silva - CONSELHEIRO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

TURMAS MINISTERIAIS / PROCURADORIAS DE JUSTIÇA / PROCURADORES (AS) DE JUSTIÇA/- DIVISÃO (conforme Anexo da Resolução Nº 37/2016 –CPMP)

TURMAS MINISTERIAIS	Nº	PROCURADORES(AS) / PROCURADORIAS DE JUSTIÇA
1ª TURMA CÍVEL	1	José Antonio Oliveira Bents 1º Procurador de Justiça Cível 1ª Procuradoria de Justiça Cível
	2	Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro 9ª Procuradora de Justiça Cível 9ª Procuradoria de Justiça Cível
	3	Marco Antonio Anchieta Guerreiro 12º Procurador de Justiça Cível 12ª Procuradoria de Justiça Cível
2ª TURMA CÍVEL	4	Raimundo Nonato de Carvalho Filho 4º Procurador de Justiça Cível 4ª Procuradoria de Justiça Cível
	5	Clodenilza Ribeiro Ferreira 8ª Procuradora de Justiça Cível 8ª Procuradoria de Justiça Cível
	6	Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf 17ª Procuradora de Justiça Cível 17ª Procuradoria de Justiça Cível
3ª TURMA CÍVEL	7	Iracy Martins Figueiredo Aguiar 2ª Procuradora de Justiça Cível 2ª Procuradoria de Justiça Cível
	8	Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes 3ª Procuradora de Justiça Cível 3ª Procuradoria de Justiça Cível
	9	Themis Maria Pacheco de Carvalho 14ª Procuradora de Justiça Cível 14ª Procuradoria de Justiça Cível
	10	Mariléa Campos dos Santos Costa 15ª Procuradora de Justiça Cível 15ª Procuradoria de Justiça Cível
4ª TURMA CÍVEL	11	José Henrique Marques Moreira 5º Procurador de Justiça Cível 5ª Procuradoria de Justiça Cível
	12	Francisco das Chagas Barros de Sousa 7º Procurador de Justiça Cível 7ª Procuradoria de Justiça Cível
	13	Paulo Roberto Saldanha Ribeiro 10º Procurador de Justiça Cível 10ª Procuradoria de Justiça Cível
5ª TURMA CÍVEL	14	Teodoro Peres Neto 11º Procurador de Justiça Cível 11ª Procuradoria de Justiça Cível
	15	Sâmara Ascar Sauaia 13ª Procuradora de Justiça Cível 13ª Procuradoria de Justiça Cível
	16	Joaquim Henrique de Carvalho Lobato 16º Procurador de Justiça Cível 16ª Procuradoria de Justiça Cível
6ª TURMA CÍVEL	17	Eduardo Daniel Pereira Filho 18º Procurador de Justiça Cível 18ª Procuradoria de Justiça Cível
	18	Carlos Jorge Avelar Silva 19º Procurador de Justiça Cível 19ª Procuradoria de Justiça Cível
	19	Lize de Maria Brandão de Sá Costa 6ª Procuradora de Justiça Cível 6ª Procuradoria de Justiça Cível
1ª TURMA CRIMINAL	1	Maria dos Remédios Figueiredo Serra 2ª Procuradora de Justiça Criminal 2ª Procuradoria de Justiça Criminal
	2	Eduardo Jorge Hiluy Nicolau 3º Procurador de Justiça Criminal 3ª Procuradoria de Justiça Criminal
	3	Selene Coelho de Lacerda 7º Procurador de Justiça Criminal 7ª Procuradoria de Justiça Criminal
	4	Domingas de Jesus Froz Gomes 5ª Procuradora de Justiça Criminal 5ª Procuradoria de Justiça Criminal
2ª TURMA CRIMINAL	5	Regina Lúcia de Almeida Rocha 1ª Procuradora de Justiça Criminal 1ª Procuradoria de Justiça Criminal
	6	Lígia Maria da Silva Cavalcanti 4ª Procuradora de Justiça Criminal 4ª Procuradoria de Justiça Criminal
	7	Krishnamurti Lopes Mendes França 6º Procurador de Justiça Criminal 6ª Procuradoria de Justiça Criminal
	8	Regina Maria da Costa Leite 8ª Procuradora de Justiça Criminal 8ª Procuradoria de Justiça Criminal
3ª TURMA CRIMINAL	9	Flávia Tereza de Viveiros Vieira 9ª Procuradora de Justiça Criminal 9ª Procuradoria de Justiça Criminal
	10	Rita de Cassia Maia Baptista 10ª Procuradora de Justiça Criminal 10ª Procuradoria de Justiça Criminal
	11	Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro 11ª Procuradora de Justiça Criminal 11ª Procuradoria de Justiça Criminal
	12	Maria Luíza Ribeiro Martins 12ª Procuradora de Justiça Criminal 12ª Procuradoria de Justiça Criminal



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	3
Procuradoria Geral de Justiça.....	3
ATOS.....	3
Colégio de Procuradores	5
CONVOCAÇÃO.....	5
Comissão Permanente de Licitação.....	6
EXTRATOS.....	6
Promotorias de Justiça da Comarca da Capital.....	10
37ª ESPECIALIZADA	10
DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA.....	14
Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior.....	15
ARAIOSES.....	15
ESTREITO.....	18
IMPERATRIZ.....	19

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral de Justiça

ATOS

ATO-GAB/PGJ - 5502020

Código de validação: C2ACC23D9F

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.077, de 07 de janeiro de 2004 – Plano de Carreira e Cargos de Apoio Técnico Administrativo do Ministério Público,

R E S O L V E :

Retificar o ATO-GAB/PGJ 5062020, que aprovou a Progressão Funcional do servidor ADAIAS CAVALCANTE DE ALENCAR FILHO, Matrícula nº 1072942, Analista Ministerial Área: Engenharia Civil, do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual, lotado no Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada dos polos de Açailândia, Balsas e Imperatriz NATAR/IMP, em 3 (três) padrões na carreira, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas, passando da Classe A Padrão 2 para a Classe A Padrão 5, a partir de 10 de agosto de 2020, devendo ser considerado o que consta do Processo nº 98602020. São Luís, 20 de agosto de 2020

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público.

* Assinado eletronicamente

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

Procurador-geral de Justiça

Matrícula 275008

Documento assinado. Ilha de São Luís, 20/08/2020 12:55 (EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento ATO-GAB/PGJ, Número do Documento 5502020 e Código de Validação C2ACC23D9F.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

ATO N.º 551/2020 - GPGJ

Abre à Procuradoria Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.753.000,00 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil reais) para o fim que especifica.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe são conferidas no art. 39, § 1º, inciso II da Lei Estadual nº. 11.077 de 19 de julho de 2019, de conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de março de 1964.

R E S O L V E:

Art. 1º - Abrir à PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.753.000,00 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil reais), destinado a consignar dotação no vigente orçamento na forma do quadro Anexo I.

Art. 2º - Os recursos para atender ao presente crédito decorrem de anulação parcial consignada no vigente Orçamento, na forma do quadro Anexo II.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Luís, 21 de agosto de 2020.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

ATO N.º 551/2020 - GPGJ

ANEXO I

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

					RECURSOS FONTE TESOURO	
07000 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA						
070101– PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	NATUREZA DA DESPESA	F O N T E	VALOR EM R\$	
					DETALHADO	TOTAL
07101.03.272.0411.0900.0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público	S	3.1.91	0101	7.753.000,00	7.753.000,00
TOTAL					7.753.000,00	7.753.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
7.753.000,00			7.753.000,00			7.753.000,00



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

ANEXO II

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA					RECURSOS FONTE TESOUREO	
07000 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA						
070101– PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	NATUREZA DA DESPESA	F O N T E	VALOR EM R\$	
					DETALHADO	TOTAL
07101.03.091.0337.2963.0001	Coordenação de Ações Essenciais à Justiça	F	3.1.90	0101	7.753.000,00	7.753.000,00
TOTAL					7.753.000,00	7.753.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
7.753.000,00			7.753.000,00			7.753.000,00

Colégio de Procuradores

CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Procurador(a) de Justiça

CONVOCO Vossa Excelência para a 4ª Sessão Ordinária do Colendo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público, a ser realizada no dia 26 de agosto de 2020, (quarta-feira), às 10 horas, através de videoconferência em link a ser disponibilizado na manhã do dia da reunião através do e-mail Institucional, onde será discutida a seguinte pauta:

Obs.: Para entrada na sala de reunião, de posse do e-mail Institucional, basta a existência de um aparelho com acesso à internet, com câmera de vídeo e microfone (de regra o smartphone integra todos esses recursos, por exemplo). Neste sentido, recomendamos o uso do ultrabook institucional que também dispõe de toda infraestrutura necessária para o citado acesso.

1 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES REALIZADAS NOS DIAS 29/07 e 13/08/2020.

2 – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

3 – PROCESSOS PARA APRECIÇÃO/JULGAMENTO

3.1 – Incluído na 3ª sessão ordinária do dia 29/07/2020

3.1.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03184/2020

Origem: Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público

Interessado: Procuradora de Justiça Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa > Gestão Política e Administrativa > Acompanhamento de Feitos Judiciais/Administrativos > Pedido de providências nos termos do artigo 27 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público, para analisar o pedido de cassação do mandato Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

Relatora: Procuradora de Justiça Dra. Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro

3.2.1 – Processos desta Sessão

3.2.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24319/2019

Interessado: Promotor de Justiça Antonio de Pádua Luz



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa > Recurso ao Conselho Superior do MP > Recurso Administrativo contra decisão prolatada no Processo 1696/2019.

Relator: Procuradora de Justiça Dr. Marco Antonio Anchieta Guerreiro

3.2.2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5494/2020

Origem: Procuradoria Geral de Justiça

Interessado: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa > Gestão Política e Administrativa > Acompanhamento de feitos judiciais/administrativos > Minuta de Resolução que propõe alteração e acrescenta o parágrafo único ao art. 2º da Resolução 17/2011-CPMP.

Relator: Procurador de Justiça Dr. Paulo Roberto Saldanha Ribeiro

Voto-Vista: Procuradores de Justiça Drs. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro e Carlos Jorge Avelar Silva

3.2.3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24053/2019

Origem: Procuradoria Geral de Justiça

Interessado: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa > Organização e Padronização Administrativa > Modificação de atribuições de órgão de execução/ofício > Minuta de Resolução – criação de uma Promotoria de Justiça na Comarca de Pinheiro e redefine as atribuições das outras Promotorias de Justiça.

Relatora: Procuradora de Justiça Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

3.2.4 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9991/2020

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa > Remoção de Membro por Antiguidade > Consulta sobre a abertura de edital de remoção para Santa Luzia do Paruá - Considerando a vacância da Promotoria de Santa Luzia do Paruá, cuja Comarca pelo art. 5º, inc. IV, LC 158/2013, está classificada de entrância inicial e para o Ministério Público tal Promotoria está classificada de entrância intermediária, conforme art. 1º, II, da Resolução nº 56/2018.

4 – ASSUNTOS GERAIS

São Luís, 21 de agosto de 2020.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020

PROCESSO Nº:24547/2019. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020 – SRP – CPL/PGJ. OBJETO: Constituição de Registro de Preços para a eventual aquisição de purificador de água e elemento filtrante, especificados no grupo 01, do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	-------------------------	-----------------	---------	-----	-------------------	----------------



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

01	PURIFICADOR DE ÁGUA Com função de tripla filtragem e purificação de água previamente tratada através do Sistema Natural de Tratamento de Água. Fornecimento de água natural ou gelada com temperatura média entre 7°C e 9°C, através de compressor que não utiliza o gás CFC (clorofluorcarbono), suficiente para atender até, no mínimo, 25 (vinte e cinco) pessoas, capacidade de 3L/MIN. Acionamento através de teclas frontais ou manípulos (torneiras). Gabinete em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática na cor branca, prata ou preta ou em aço inoxidável. Instalação à rede de água através de mangueira atóxica. Tensão nominal de 220 Volts. Certificação de acordo com a norma NBR 14.908:2004. Prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses. Soft, Libell, Electrolux, Brastemp, Consul, equivalente ou de melhor qualidade. Deverão apresentar amostra.	EVEREST STAR	Unidade	100	R\$ 891,16	R\$ 89.116,00
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
02	Elemento Filtrante(Filtro para Purificadores de Água), compatível com o aparelho purificador de água do item 01. Filtragem por pressão com carvão ativado mais íons de prata Coloidal, com vida útil de 4.000L. Filtra todo o tipo de impurezas sólidas e partículas suspensas, além de reduzir o cloro, inibir o desenvolvimento de bactérias e eliminar odores e sabores. Atende aos requisitos do Controle de Nível Microbiológico do Inmetro. Atende aos Requisitos da Norma NBR 16098:2012 e portaria 394 de 2014 do Inmetro. Destina-se ao Uso em Água Potável, de acordo com Portaria 2914 DE 2011 do Ministério da Saúde.	PLANETA AGUA 1013	Unidade	400	R\$ 49,56	R\$ 19.824,00
TOTAL GERAL						R\$ 108.940,00

VALOR GLOBAL: R\$ 108.940,00 (cento e oito mil, novecentos e quarenta reais), mediante Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência, e proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico nº 012/2020. PRAZO: 12 (doze) meses, com eficácia legal após a sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA. Contratante: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo Diretor-Geral: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: VIDENTE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME / CNPJ: 26.517.495/0001-14, representada pelo Sr. THIAGO MACHADO GODINHO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 10.024/2019 e 7.892/2013, Decreto Estadual nº. 31.553/2016, Leis Complementares nº. 123/06 e 147/14, Atos Regulamentares nº 11/2014 e 01/2020 – GPGJ, ambos deste Ministério Público Estadual, e demais normativos legais aplicáveis à espécie.

São Luís, 21 de agosto de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020

PROCESSO Nº: 24547/2019. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020 – SRP – CPL/PGJ. OBJETO: Constituição de Registro de Preços para a eventual aquisição de elemento filtrante, especificado no item 03, do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
03	Elemento Filtrante(Filtro para Purificadores de Água), compatível com o aparelho purificador de água de marca/modelo Soft Everest / Plus Filtragem por pressão com carvão ativado mais íons de prata Coloidal, com vida útil de 4.000L. Filtra todo o tipo de impurezas sólidas e partículas suspensas, além de reduzir o cloro, inibir o desenvolvimento de bactérias e eliminar odores e sabores. Atende aos requisitos do Controle de Nível Microbiológico do Inmetro. Atende aos Requisitos da Norma NBR 16098:2012 e portaria 394 de 2014 do Inmetro. Destina-se ao Uso em Água Potável, de acordo com Portaria 2914 DE 2011 do Ministério da Saúde. (exclusivo ME/EPP).	EF Elementos filtrantes POLIFIL 500 S	Unidade	300	R\$ 39,00	R\$ 11.700,00
TOTAL GERAL						R\$ 11.700,00

VALOR GLOBAL: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), mediante Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência, e proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico nº 012/2020. PRAZO: 12 (doze) meses, com eficácia legal após a sua publicação na Imprensa Oficial. Contratante: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA. representada pelo Diretor-Geral: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: P H B SANTANA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 04.096.016/0001-09. Representante legal: PAULO HENRIQUE BARROS SANTANA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 10.024/2019 e 7.892/2013, Decreto Estadual nº. 31.553/2016, Leis Complementares nº. 123/06 e 147/14, Atos Regulamentares nº 11/2014 e 01/2020 – GPGJ, ambos deste Ministério Público Estadual, e demais normativos legais aplicáveis à espécie. São Luís, 21 de agosto de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2020

PROCESSO Nº: 24547/2019. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020 – SRP – CPL/PGJ. OBJETO: Constituição de Registro de Preços para a eventual aquisição de fragmentadora, especificados nos itens 05 e 06, do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
05	FRAGMENTADORA DE PAPEL- USO CONTÍNUO-PROFISSIONAL ALTO DESEMPENHO Abertura para inserção: mínimo 230 mm; Acionamento: Automático, com	Securit 160MC	Unidade	75	R\$ 1.748,00	R\$ 131.100,00



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

06	sensor de presença de papel; Capacidade: mínimo 15 de papel (75g/m²), 1 CD/DVD ou 1 cartão/crachá; Dimensões mínimas (cm): 96 cm x 54 cm x 38,5 cm (A x L x P); Funcionamento: Contínuo por no mínimo 30 min (meia hora), sem paradas para resfriamento; Fragmenta: Papel, cartões, cliques, crachás, CD/DVD, disquetes e grampos; Nível de ruído: 58 dB; Nível de segurança: P4 (Norma DIN 66399); Tipo de corte: Partículas de no mínimo 4 x 40 mm; Potência mínima de 430W (110V); Peso: 67 kg; Reversão: Sim, automática ou manual; Sensor(es) de segurança: Sim, no cesto (presença e cesto cheio), excesso de papel ou sobrecarga; Velocidade de fragmentação: 50 m/min; Voltagem: 220V; Volume do cesto: mínima de 35 L; Garantia mínima: 12 meses; (ampla concorrência e cota reservada 14% - exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte).	Securit 160MC	Unidade	25	R\$ 1.748,00	R\$ 43.700,00
TOTAL GERAL						R\$ 174.800,00

VALOR GLOBAL: R\$ 174.800,00 (cento e setenta e quatro mil e oitocentos reais), mediante Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência, e proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico nº 012/2020. PRAZO: 12 (doze) meses, com eficácia legal após a sua publicação na Imprensa Oficial. Contratante: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo Diretor-Geral: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES. CONTRATADA: US PRICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA / CNPJ: 01.740.169/0001-40. Representante legal: ANA LUCIA SANCHES DA SILVA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 10.024/2019 e 7.892/2013, Decreto Estadual nº. 31.553/2016, Leis Complementares nº. 123/06 e 147/14, Atos Regulamentares nº 11/2014 e 01/2020 – GPGJ, ambos deste Ministério Público Estadual, e demais normativos legais aplicáveis à espécie. São Luís, 21 de agosto de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

PROCESSO Nº: 6392/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2020 – SRP – CPL/PGJ. OBJETO: Constituição de Registro de Preços para a eventual contratação de serviços continuados de tecnologia da informação voltada ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa de sistemas de informação, em regime de Fábrica de Software em Java, PHP, PL/SQL, QlikSense, PowerBI e Pentaho Data Integration, Wordpress, Moodle, plataformas mobile Flutter e Ionic, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Item	Serviço	Qtd. Anual Estimada	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação voltada ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa	6.000 (seis mil)	Pontos de Função Brutos Não	675,00	4.050.000,00



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

de sistemas de informação, em regime de Fábrica de Software		Ajustados (PFB)		
CUSTO TOTAL (R\$) para a quantidade estimada de 6.000 PFB				4.050.000,00

VALOR GLOBAL: R\$ 4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais), mediante Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência, e proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico nº 26/2020. PRAZO: 12 (doze) meses, com eficácia legal após a sua publicação na Imprensa Oficial. Contratante: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo Procurador-Geral de Justiça: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU. CONTRATADA: BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SA CNPJ:11.777.162/0001-57. Representado pelo Diretor: ANTONIO MIGUEL NEGRELLI. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 10.024/2019 e 7.892/2013, Lei Complementar nº. 123/2006, Atos Regulamentares nº 11/2014 – GPGJ e n. 01/2020 - GPGJ, todos deste Ministério Público Estadual, e demais normativos legais aplicáveis à espécie. São Luís, 21 de agosto de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CANCELAMENTO

Processo Administrativo nº 10633/2020

Comunicamos o cancelamento da publicação do Extrato de Inexigibilidade de Licitação, supracitado, publicado no DEMP de 21/08/2020, que publicitou a ratificação da Inexigibilidade de Licitação referente a despesa com WEBINÁRIO sobre “Condutas Vedadas em Tempo de Pandemia e Cotas de Gênero”, ministrado pela professora SILVANA BATINI CESAR GÓES, para membros, servidores e estagiários com função Eleitoral no Ministério Público do Maranhão, no dia 20 de agosto de 2020, cujo valor seria de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), sendo este dispensado pela contrata, realizado sem ônus para Administração. São Luís, 21 de agosto de 2020.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Promotorias de Justiça da Comarca da Capital

37ª ESPECIALIZADA

DECISÃO-37ªPJESLZIJ - 272020

Código de validação: FA30DF1D38

NF 033824-500/2019

EMENTA: NF 033824-500/2019 – Medida protetiva aos pais – Ação cominatória – Judicialização – Baixa da NF

Cuida-se de notícia de situação de risco trazida, em 04 de outubro de 2019, pelo Conselho Tutelar informando negligência materna e violência psicológica (ofício nº211/2019, recebido em 08/10/2019) imposta a dois meninos, respectivamente com dez e sete anos de idade. O expediente do órgão tutelar registra que o companheiro da genitora reclamada admite que ela tem transtorno mental e que não provê assistência própria para essa doença. Notícia que a família da genitora reclamada, que mora na vizinhança embora não se relacionem, afirma que as crianças são bem tratadas e que somente não frequentam a escola quando a mãe está em crise. Relatórios da escola, pertencente à rede pública municipal, requisitados pelo Conselho Tutelar registram, em relação ao mais velho, que precisa de “avaliação psicopedagógica ou até mesmo neurológica” e que, quanto ao mais novo, constata-se que “o relacionamento com os demais alunos da sala fica comprometido devido à falta de higiene pessoal, precisando de cuidados por parte da família”. A infrequência escolar é apontada como um problema para ambos os irmãos.

O Conselho Tutelar não conseguiu ter contato com a genitora, por estar alterada e em razão de o genitor dos meninos não ter autorizado seu ingresso na casa.

Em 08 de novembro de 2019, foi por esta Promotoria de Justiça requisitado à SEMCAS atendimento para a família, nos termos da Resolução CNAS 109, que trata da taxionomia dos serviços socioassistenciais. A requisição foi recebida pela SEMCAS em 25/11/2019,

resposta da SEMCAS, pelo ofício nº 121/2020-GAB/SEMCAS, foi recebido nesta Promotoria de Justiça em 20 de janeiro de 2020, anotando a equipe do CRAS que não conseguiu fazer a visita domiciliar, por resistência do genitor das crianças, “afirmando que a ‘mãe das crianças não estava ciente da visita e poderia se alterar, pois não estava em tratamento’”, bem assim que estava trabalhando



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

em domicílio para cuidar da companheira, ajustando que permitiria o contato a partir do dia 15 de janeiro de 2020, o que se supõe não tenha ocorrido, por não referido no expediente da Secretaria.

O prazo do procedimento foi prorrogado conforme despacho de fls. 10 dos autos digitalizados.

Conclusos em 18 de julho de 2020.

Relatado.

Reassumi em 07.07.2020 minhas funções como órgão de execução perante esta 37ª Promotoria de Justiça Especializada, após quatro anos afastado para exercício de funções administrativas na

RUA OSWALDO CRUZ, 1396 - CENTRO, CEP 65.020-910, SAO LUIS - MA _ PGJ/MA.

O prazo deste procedimento já foi extrapolado durante meu afastamento, mas não há razão para sua dilação, por se impor a adoção de medida cominatória contra os genitores, aplicando-se-lhes as medidas protetivas adequadas.

As narrativas fornecidas pelo Conselho Tutelar, pelo genitor requerido e pela equipe do CRAS sugerem transtorno mental da genitora requerida, que lhe traz reações irascíveis e destemperadas que assustam a prole, prejudicam sua convivência comunitária e a frequência escolar.

De igual modo, está patente que a genitora requerida não se submete, por vontade própria a tratamento psicológico e psiquiátrico, sendo neste ponto acobertada pelo genitor requerido, que se afasta de seu dever legal traduzido pelo art. 1.775 da Lei Civil¹ c.c. o art. 747, I do CPC² e com o § 1º do art. 84 da Lei Brasileira de Inclusão³, o que faz com que haja negativa de vigência ao disposto pelo art. 226 da Constituição e ao direito à convivência familiar e comunitária para sua prole, como estabelecido pelo texto constitucional do art. 227

Ademais, a notícia, pelas mesmas fontes, de que não cuidam os genitores requeridos da higiene pessoal do filho mais novo e que não realizam a avaliação psicopedagógica e neurológica sugerida pela escola quanto ao filho mais velho também representa negligência. Assim, o dever de cuidado da prole, imposto pelo art. 22 do ECA aos requeridos não vem sendo contemplado.

Acresça-se que os meninos, conforme o apurado até agora, sofreriam violência psicológica por parte da genitora, por meio de constrangimentos, agressões verbais e xingamentos (alínea “b”, do inciso II, do art. 4º, d Lei nº 13.431/2017), o que os têm excluído do atendimento pelo Conselho Tutelar e pelo CRAS, privando-os, em verdadeira negativa de vigência de normas federais e da Convenção da ONU sobre Direitos da Criança, do direito à liberdade de participar da vida comunitária e familiar, sem discriminação, como também de buscar refúgio, auxílio e orientação (ECA, art. 16, V VII) e de ter garantidos os direitos previstos pelo art. 5º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X e XIII, todos da Lei nº 13.431/2017:

Art. 5º A aplicação desta Lei, sem prejuízo dos princípios estabelecidos nas demais normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente, terá como base, entre outros, os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente a:

I - receber prioridade absoluta e ter considerada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - receber tratamento digno e abrangente;

III - ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência;

IV - ser protegido contra qualquer tipo de discriminação, independentemente de classe, sexo, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, nacionalidade, procedência regional, regularidade migratória, deficiência ou qualquer outra condição sua, de seus pais ou de seus representantes legais;

V - receber informação adequada à sua etapa de desenvolvimento sobre direitos, inclusive sociais, serviços disponíveis, representação jurídica, medidas de proteção, reparação de danos e qualquer procedimento a que seja submetido;

VI - ser ouvido e expressar seus desejos e opiniões, assim como permanecer em silêncio;

VII - receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada, que facilite a sua participação e o resguarde contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo; (...)

X - ter segurança, com avaliação contínua sobre possibilidades de intimidação, ameaça e outras formas de violência;

(...)

XIII - conviver em família e em comunidade

A violência psicológica contra a prole imposta pela genitora requerida e acobertada pelo genitor requerido é agravada por não comprovarem os pais que buscam o tratamento do transtorno mental que causa esses arroubos agressivos, caracterizadores de maus-tratos provocados por comportamento parental aterrorizante, vexatório e constrangedor, como conceitua o art. 18 do ECA,

Necessário, portanto, à luz do art. 1.637 da Lei Civil⁴, que a genitora responsável se submeta a tratamento psicológico e psiquiátrico (ECA, art. 18, II) e que a família aceite ser incluída em programa de oficial de proteção à família (ECA, art. 18-B, I), na modalidade PAEFI, provida no CREAS do território, por ter a família em referência “ violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar” , dessa maneira descrito pela Resolução CNAS 109, como também, que encaminhem o filho mais velho a avaliação psicopedagógica e neurológica, como indicado pela escola (ECA, art. 56, I c.c 18-B, IV), além de, serem advertidos os genitores requeridos sobre a negligência quanto à higiene pessoal do filho mais novo.

Protocola-se ação cominatória contra os genitores requeridos, devendo constar dos requerimentos

a) tutela de urgência, para que os genitores apresentem, em até 15 (quinze) dias,

a.1) atestado médico informando o início do tratamento do transtorno mental da requerida;

a.2) declaração do CREAS do território informando que foi iniciado o Plano de Atendimento Familiar envolvendo os requeridos e sua prole , para os fins do PAEFI;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

a.3) atestado médico informando o início de avaliação neurológica do filho mais velho dos genitores requeridos;
a.4) declaração da SEMED de que foi iniciada a avaliação psicopedagógica do filho mais velho dos requeridos, a ser obtida pelo gestor da escola em que estuda;
a.5) declaração da escola sobre a frequência escolar dos filhos dos genitores reclamados desde dezembro de 2019 até o dia em que protocolada a ação;
a.6) declaração da Unidade Básica de Saúde de seu território de que a os genitores reclamados e sua prole foram inseridos na Estratégia de Saúde da Família, na forma dos art. 2º e §§ do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2, do Ministério da Saúde, inclusive para orientação sobre higiene dos filhos.
requisite-se ao Instituto de Identificação da SSP/MA, em até dez dias, cópia integral do Registro Geral dos filhos dos requeridos.
Determino ao Apoio, após juntada pela Assessoria do protocolo da ação, o envio de cópia integral dos autos (1) ao CT, para ciência; e (2) à Vara de Interdições desta capital, para as medidas cabíveis em relação à genitora requerida.
Após as providências acima, dê-se baixa e arquivar-se por judicializada a questão.
Publique-se no Diário Eletrônico do MPMA.

1CC:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

2CPC:

Art. 747. A interdição pode ser promovida: I - pelo cônjuge ou companheiro

3Lei nº 13.146/2015

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.

4CC

Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

* Assinado eletronicamente

MARCIO THADEU SILVA MARQUES

Promotor de Justiça

Matrícula 656306

Documento assinado. Ilha de São Luís, 17/08/2020 12:51 (MARCIO THADEU SILVA MARQUES)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento DECISÃO-37ªPJESLZIJ, Número do Documento 272020 e Código de Validação FA30DF1D38.

DECISÃO-37ªPJESLZIJ - 282020

Código de validação: F051A772BB

NF 032851-500/2019

EMENTA: NF 032851-500/2019 – Demanda de atenção à saúde – Recomendação ministerial – pedido atendido pela SEMUS da capital – Não localização da paciente para a fruição do direito – Arquivamento – Atividade não procedimental – Expedição de ofício circular informando aos Conselhos Tutelares fiscalizados pela 37ª PJESLZIJ sobre a competência do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) para atender a demanda de criança e adolescente dessa origem étnica (ECA, art. 201, VIII) – Sugestão de igual procedimento pela 38ª PJESLZIJ, de Nota Técnica pelo CAOPIJ e de Resolução pelo CMDCA (ECA, art. 201, VIII)

Em 11/10/2019, por ofício, o Conselho Tutelar da área Itaqui-Bacanga solicitou a intervenção do Ministério Público para garantir a marcação de consultas e exames para criança com “deficit cognitivo” (fls. 9 dos autos digitalizados), nascida em Santa Inês/MA, na data de 31/12/2010, com sobrenome GUAJAJARA. Apresenta como contato local uma avó, residente nesta capital. O órgão tutelar juntou expediente do Secretário Municipal de Saúde em que solicita que essas demandas sejam feitas pelo CEMARC (Central de Marcação de Consultas).

Determinada a prorrogação do prazo original do procedimento e a expedição de recomendação à CEMARC, em 20/11/2019, respondendo a SEMUS em 16/01/2020, que as demandas por consultas e exames foram marcadas, mas que não logrou localizar a paciente.

Conclusos em 18/07/2019.

Relatado.

Reassumi em 07.07.2020 minhas funções como órgão de execução perante esta 37ª Promotoria de Justiça Especializada, após quatro anos afastado para exercício de funções administrativas na PGJ/MA.

O prazo deste procedimento já foi extrapolado durante meu afastamento, mas não há razão para sua dilação, por se impor seu arquivamento, ante os fundamentos a seguir indicados.

De início, não se caracteriza negativa de atendimento a indicação, pela SEMUS, de que as requisições do Conselho Tutelar devem ser encaminhadas ao órgão especializado, qual seja, a CEMARC. Ademais, após o rito próprio, foram deferidos os exames e consultas demandados,



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

que não tinham indicação de urgência nas requisições médicas.

Se, com base nos endereços informados pelo próprio Conselho Tutelar não se localizou a paciente¹, não se caracteriza omissão do ente público a merecer judicialização.

Assim, promovo o ARQUIVAMENTO destes autos, comunicando-se ao Conselho Tutelar que pode desta decisão recorrer, por e-mail, em até dez dias, querendo. Conste da comunicação ao órgão tutelar que:

Deve dar ciência desta decisão à criança e a seus pais; e

Aparentemente, no caso concreto, a requisição dos exames e consultas foi endereçada erroneamente à SEMUS, eis que deveria ter sido encaminhada ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), localizado na Rua 5 de janeiro, s/nº - Jorda, nesta capital, CEP 65040-450, fone (98) 3214-3411, e-mail dseima.sesai@saude.gov.br. Explico.

O sobrenome da menina; GUAJAJARA; é a denominação de etnia indígena² localizado, dentre outros pontos, no Vale do Pindaré, onde está a cidade natal da criança.

Esse fato, aliado ao permissivo consolidado pelo § 1º do art. 2º da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03, de 19/04/2012, que trata da possibilidade de um indígena acrescer sua etnia ao sobrenome, torna crível que a menina de que tratam estes autos tenha essa origem étnica, o que lhe garante a assistência à saúde pela POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS (aprovada pela Portaria MS nº 254, de 31/01/2002 – DOU nº 26, Seção 1, pp. 46 a 49, de 06/02/2002), cuja diretriz centraliza no Distrito Sanitário Especial Indígena³, vinculado ao governo federal, as ações de saúde para essa população.

Se o DSEI eventualmente não garantir a atenção à saúde demandada, cabe à Justiça Federal julgar as ações que busquem esse atendimento (ECA, art. 209), como já decidiu o STJ (REsp 1.064.009)⁴, ali atuando o Ministério Público Federal.

Assim, na forma do art. 201, VIII do ECA, sugere-se que sempre se indague sobre a etnia das crianças ou adolescentes e seus ascendentes (pais e avós), para que se observe sobre a incidência, ou não, da POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

Encaminhe-se ofício-circular aos Conselhos Tutelares fiscalizados por esta 37ª PJ Especializada, com o seguinte texto:

“ Senhor Coordenador,

Na forma do art. 201, VIII do ECA, sugiro a esse órgão municipal que sempre faça constar dos registros das crianças e adolescentes atendidos, bem assim de seus ascendentes (pais e avós) sua origem étnica como indígena, quando houver a autodeclaração do interessado, conforme a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, mas que pode ser indagada quando se constatar sobrenome que identifique etnia indígena; Guajajara, Awá-guajá, Urubu-Kaapor, Pukobyê (Gavião), Krikati, Timbira Krepu/Kateyé, Kanela Apaniekrá e Ramkokamekrá ⁵; haja visto que assim permite o § 1º do art. 2º da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03, de 19/04/2012, que trata o registro de nascimento indígena.

Explica-se a sugestão pelo fato de que, em demandas de saúde de criança ou adolescente indígena, cabe direcionar as requisições do Conselho Tutelar (ECA, art. 136, III, “a”) ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), localizado na Rua 5 de janeiro, s/nº - Jorda, nesta capital, CEP 65040-450

fone (98) 3214-3411, e-mail dseima.sesai@saude.gov.br, bem assim representar ao Ministério Público Federal, nas hipóteses em que houver resistência ou omissão do mencionado órgão do Ministério da Saúde (ECA, art. 136, III, “b”)”.

Cópia do ofício-circular à 38ª PJ Especializada, pelo e-mail institucional de seu titular, sugerindo adote igual encaminhamento de ofício circular aos Conselhos Tutelares sob sua fiscalização.

Cópia do ofício-circular ao CAOPJ, sugerindo a confecção de Nota Técnica no mesmo sentido, para conhecimento dos órgãos de execução com atribuição para a infância e juventude e envio ao Procurador-Chefe do MPF no Maranhão, a fim de que se possa promover igualdade de entendimento sobre o tópico.

Cópia do ofício-circular ao CMDCA, sugerindo resolução que determine, na trilha do § 3º do art. 22 c.c os arts. 31 e 47, da Lei Municipal nº 5.961/2015, que conste do Decreto que regulamenta a aludida lei, a identificação étnico-racial das crianças ou adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar, bem assim seus ascendentes (pais e avós), por autodeclaração (Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT), para que possam esses dados serem estratificados com vistas à eficácia social do inciso IV, do art. 10 c.c o parágrafo único do art. 53, todos do Estatuto da Igualdade Racial e o inciso III, dos art. 2º, 6º, 51 e parágrafo único do art. 54 do Estatuto do Índio, além do § 1º do art. 7º e os §§ 1º e 2º do art. 8º, como também do inciso IV do art. 18, todos do Estatuto da Juventude.

Cópia desta decisão ao endereço constante da Nota 1, que deve ser excluída quando da publicação deste comando no Diário Eletrônico do MPMA, para ciência da menina e seus pais, sugerindo que procurem esta Promotoria de Justiça ou a de sua cidade, se precisarem de maiores informações.

Se houver recurso sobre o arquivamento, voltem. Caso contrário, procedam-se com as baixas cabíveis.

Publique-se no Diário Eletrônico do MPMA.

Data do sistema.

¹Já removido para publicação no diário eletrônico do MPMA

²Consoante o site POVOS INDÍGENAS NO BRASIL:

“ Os Guajajara são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Habitam mais de 10 Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão. Sua história de mais de 380 anos de contato foi marcada tanto por aproximações com os brancos como por recusas totais, submissões, revoltas e grandes tragédias. A revolta de 1901 contra os missionários capuchinhos teve como resposta a última “guerra contra os índios” na história do Brasil.

(...)



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

Todas as Terras Indígenas habitadas pelos guajajara estão situadas no centro do Maranhão, nas regiões dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua” (disponível no link <https://www.indios.org.br/pt/Povo:Guajajara>, acessado em 17 ago. 2020).

3 Decreto nº 9.795, de 17/05/2019:

Art. 43. Aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas compete: I - planejar, coordenar, supervisionar, monitorar, avaliar e executar as atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, no âmbito de suas competências, observadas as práticas de saúde e as medicinas tradicionais e a sua integração com as instâncias assistenciais do SUS na região e nos Municípios que compõem cada Distrito Sanitário Especial Indígena.

4 “Outra questão indígena já decidida pelo STJ diz respeito ao serviço de assistência à saúde. Em 1999, o Congresso Nacional aprovou a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), em norma que ficou conhecida como Lei Arouca. Segundo a lei, o atendimento para os índios aldeados era competência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), enquanto os municípios recebiam verbas federais do SUS para o atendimento dos residentes em áreas urbanas.

A diferenciação foi questionada no STJ por meio do REsp 1.064.009. A decisão dos ministros, paradigma para as questões de saúde indígena, inviabilizou a distinção entre índios aldeados e urbanos.

“O status de índio não depende do local em que se vive, já que, a ser diferente, estariam os indígenas ao desamparo, tão logo pusessem os pés fora de sua aldeia ou reserva. Mostra-se ilegal e ilegítimo, pois, o discrimen utilizado pelos entes públicos na operacionalização do serviço de saúde, ou seja, a distinção entre índios aldeados e outros que vivam fora da reserva”, concluiu o ministro Herman Benjamin, relator do caso.

Logo após essa decisão, de 2009, o governo federal promoveu uma reforma no SasiSUS e criou a Sesai, uma secretaria do Ministério da Saúde que é responsável pela gestão e execução dos serviços de saúde indígena, tanto para os índios aldeados quanto para os urbanos, acabando com a distinção anterior.”

(Conforme o link http://www.stj.jus.br/sites/portals/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-09-24_08-00_Conflitos-de-competencia-e-outras-questoes-indigenas-na-pauta-do-STJ.aspx, acessado em 17 ago. 2020).

5 Conforme o site da FUNAI, disponível no link <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-maranhao>, acessado em 17 ago. 2020.

* Assinado eletronicamente

MARCIO THADEU SILVA MARQUES

Promotor de Justiça

Matrícula 656306

Documento assinado. Ilha de São Luís, 17/08/2020 19:15 (MARCIO THADEU SILVA MARQUES)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento DECISÃO-37ºPJESLZIJ, Número do Documento 282020 e Código de Validação F051A772BB.

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

PORTARIA-28ºPJESLZ – 12020

Código de validação: EB62A6108C

O Promotor de Justiça Marcos Valentim Pinheiro Paixão, titular da 28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, com fulcro na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, no Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP e na Resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão,

RESOLVE:

Converter, tendo em vista a necessidade de continuidade das investigações, com espeque no § 1º, I do art. 4º do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, no art. 4º da Resolução nº 23/2017 do CNMP, e no art. 6º da Resolução nº 10/2009 do CPMP, a Notícia de Fato nº 018089-500/2014 em Inquérito Civil, autuado com o fim de apurar supostas irregularidades tanto no processo de celebração do Convênio nº 05/2013-SEPAG celebrado entre a Secretaria de Estado da Pesca e Agricultura do Maranhão e a empresa GEO-AMBIENTAL – Assessoria, Consultoria e Capacitação em Desenvolvimento Sustentável (CNPJ nº 06.016.039-0001-83) quanto no Pregão Presencial nº 002/2013/GEO AMBIENTAL vencido pela empresa IRRIMÁQUINAS – Comércio de máquinas e Irrigação Ltda. (CNPJ nº 09.232.004-0001-70).

Adotem-se as seguintes providências:

AUTUE-SE no SIMP;

REGISTRE-SE a presente portaria no sistema DIGIDOC, encartando-a no frontispício do procedimento, remetendo cópia à Coordenação de Documentação e Biblioteca para publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão;

OBEDEÇA-SE, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 1 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, fazendo-me conclusos antes de seu advento;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

DESIGNA-SE para atuar como secretárias do presente procedimento Eline Lima Rodrigues e Thaissa Martins Ferreira, Assessoras de Promotor de Justiça, lotadas nessa unidade.

Cumpra-se.

São Luís/MA, 20 de agosto de 2020.

MARCOS VALENTIM PINHEIRO PAIXÃO
Promotor de Justiça

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

ARAIOSES

REC-2ªPJARS – 72020

Código de validação: 71CDF3B9A6

RECOMENDAÇÃO Nº 007/2020

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 000184-264/2020

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por intermédio da Promotora Eleitoral subscrita, designada para atuar na 12ª Zona Eleitoral, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19), as eleições municipais de outubro de 2020 e os respectivos prazos eleitorais; CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza, sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da COVID-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18/5/90”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, portanto, não se encontra abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 1º de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente aqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30/9/97, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes executivo e legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que o abuso do poder econômico, político ou dos veículos de comunicação acarreta a cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA-SE ao Senhor Prefeito Municipal de Araiões, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Araiões e aos Senhores Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as relacionadas ao enfrentamento à covid-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à COVID-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 1º de janeiro a 15 de agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

ADVERTE-SE, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente) e que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Eleitoral a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à defesa do regime democrático e à lisura do pleito de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia desta RECOMENDAÇÃO ao Senhor Prefeito Municipal de Araiões; ao Presidente da Câmara Municipal de Araiões; ao Procurador-Geral do Município de Araiões, para que este comunique aos Senhores Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município e à Procuradoria Regional Eleitoral do Maranhão, por meio de endereço eletrônico, para conhecimento.

Publique-se a presente RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Araiões/MA, 12 de agosto de 2020.

* Assinado eletronicamente

SAMARA CRISTINA MESQUITA PINHEIRO CALDAS

Promotora de Justiça Eleitoral Matrícula 1064880 Documento assinado. Araiões, 16/08/2020 23:20 (SAMARA CRISTINA MESQUITA PINHEIRO CALDAS)

* Conforme art. 1º, III, “a”, da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-2ºPJARS, Número do Documento 72020 e Código de Validação 71CDF3B9A6.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

REC-2ªPJARS – 82020

Código de validação: 60E9277F9A

RECOMENDAÇÃO Nº 008/2020

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 000184-264/2020

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por intermédio da Promotora Eleitoral subscrita, designada para atuar na 12ª Zona Eleitoral, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19), as eleições municipais de outubro de 2020 e os respectivos prazos eleitorais; CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza, sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da COVID-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18/5/90”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, portanto, não se encontra abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 1º de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente aqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30/9/97, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes executivo e legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que o abuso do poder econômico, político ou dos veículos de comunicação acarreta a cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA-SE à Senhora Prefeita Municipal de Água Doce do Maranhão, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Água Doce do Maranhão e aos Senhores Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as relacionadas ao enfrentamento à covid-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à COVID-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 1º de janeiro a 15 de agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

ADVERTE-SE, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente) e que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Eleitoral a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à defesa do regime democrático e à lisura do pleito de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia desta RECOMENDAÇÃO à Senhora Prefeita Municipal de Água Doce do Maranhão; ao Presidente da Câmara Municipal de Água Doce do Maranhão; ao Procurador-Geral do Município de Água Doce do Maranhão, para que este comunique aos Senhores Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município e à Procuradoria Regional Eleitoral do Maranhão, por meio de endereço eletrônico, para conhecimento.

Publique-se a presente RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Araioses/MA, 12 de agosto de 2020.

* Assinado eletronicamente

SAMARA CRISTINA MESQUITA PINHEIRO CALDAS

Promotora de Justiça Eleitoral Matrícula 1064880 Documento assinado. Araioses, 16/08/2020 23:21 (SAMARA CRISTINA MESQUITA PINHEIRO CALDAS)

* Conforme art. 1º, III, “a”, da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-2ªPJARS, Número do Documento 82020 e Código de Validação 60E9277F9A.

ESTREITO

PORTARIA-2ªPJEST – 152020

Código de validação: 6661926492

SIMP 261-268/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio da Promotora de Justiça Gabriele Gadelha Barboza de Almeida, titular da 2ª Promotoria da Comarca de Estreito, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e o art. 2º, inciso I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes,



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 e seguintes da Constituição Federal, constitui atribuição do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a possível situação de vulnerabilidade da criança M. M.

CONSIDERANDO o que consta na Notícia de Fato nº 19 2020, SIMP nº 261-268/2020, cujo prazo expirou e ainda se faz necessária a realização de diligências complementares;

RESOLVE DETERMINAR

I) A conversão deste procedimento em Procedimento Administrativo, instaurado por meio da presente Portaria, ficando, desde já nomeada a servidora Oscarina Sabino de Sá Neta, nomeada na forma da lei, independentemente de termo de compromisso, por seu vínculo funcional com o MPMA;

II) Autue-se, registre-se no SIMP e publique-se com o envio desta portaria ao Diário Eletrônico do MPMA (Lei nº 10.399 de 29 de Dezembro de 2015), via biblioteca da PGJ, bem assim no local de hábito;

III) Oficie-se, com prazo de 10 (dez) dias:

I) à Autoridade Policial, solicitando informações acerca do andamento das investigações referentes ao Boletim de Ocorrência nº 56185/2020, que deverá ser enviado em cópia à missiva, assim como o relatório do Conselho Tutelar;

II) ao Conselho Tutelar, para que informe as providências adotadas em proteção à criança;

III) ao CRAS, para que apresente o resultado dos trabalhos realizados com as famílias envolvidas, em atenção aos encaminhamentos do CREAS;

IV) ao CREAS, para que esclareça, dentre outros pontos que reputar relevantes, as circunstâncias em que a criança é acolhida na casa da família materna, eis que há relatos atuais apresentados pela família paterna de possível negligência e condições inadequadas do imóvel.

Estreito (MA), 19 de agosto de 2020.

GABRIELE GADELHA BARBOZA DE ALMEIDA

Promotora de Justiça

Matrícula 1071768

* Assinado eletronicamente

GABRIELE GADELHA BARBOZA DE ALMEIDA

Promotora de Justiça Matrícula 1071768 Documento assinado. Estreito, 20/08/2020 14:48 (GABRIELE GADELHA BARBOZA DE ALMEIDA)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-2ªPJEST, Número do Documento 152020 e Código de Validação 6661926492.

IMPERATRIZ

REC-5ªPJEST – 422020

Código de validação: 171BFADD5E

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, através da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Imperatriz/MA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e no art. 26, inciso IV, c/c § 1º, inciso IV, e art. 27, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 013/91 e, ainda,

CONSIDERANDO o registro de mais de 4.500 casos confirmados de contágio pelo NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) em Imperatriz/MA, com a ocorrência de mais de 250 óbitos, e a certeza epidemiológica de que esse número irá aumentar, esperando-se que no menor patamar possível;

CONSIDERANDO o estado de transmissão comunitária do coronavírus (Portaria n. 454/2020 do Ministério da Saúde);

CONSIDERANDO que, por se tratar de uma Emergência em Saúde Pública os casos suspeitos de todo o município devem ser notificados imediatamente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), em até 24 horas para Vigilância em Saúde Municipal e Estadual, responsabilidade que recai, inclusive, sobre os hospitais, laboratórios e farmácias da rede privada;

CONSIDERANDO que o artigo 6º da Lei nº. 13.979/2020 dispõe sobre a obrigatoriedade do compartilhamento de dados para a identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, obrigação que se estende às pessoas jurídicas de direito privado;

CONSIDERANDO que o Estado do Maranhão criou a plataforma Covid-MA, de cadastro obrigatório, para que nele fossem inseridas todas as notificações (<https://notifica-covid19.saude.ma.gov.br/auth/login>);

CONSIDERANDO que o Plano de Contingência do Estado do Maranhão estabelece que os casos suspeitos de todo o estado devem ser notificados imediatamente, em até 24 horas ao CIEVS/MA pelo e-mail: cievs@saude.ma.gov.br e pelo telefone (98) 3194 6207,

19



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/08/2020. Publicação: 24/08/2020. Edição nº 156/2020.

inclusive aos sábados, domingos e feriados, utilizando o FormSUScap COVID-19(<http://bit.ly/2019-ncov>), que é um formulário com informações padronizadas;

CONSIDERANDO que o Plano de Contingência do Município de Imperatriz estabelece que, os casos suspeitos de todo o município devem ser notificados imediatamente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), em até 24 horas para a equipe de Vigilância em Saúde (Giselly Vieira Gomes: (99) 99171 1988 - E-mail: vigilanciaemssaudeitz@gmail.com - Suely Reis – (99) 98424 4401 - Albetiza Linhares – (99)98126 3579 - Giovana de Castro – (99) 99102 2399 - Cássia Parente – (98) 98412 4193);

CONSIDERANDO que os laboratórios, farmácias e hospitais privados, para realização de exames para a detecção do coronavírus, deverão realizar um prévio cadastramento na plataforma COVID-MA, informando a metodologia aplicada, os responsáveis pela execução do exame, a unidade de execução, os insumos utilizados e outras informações que sejam de interesse epidemiológico nacional e local;

CONSIDERANDO que notificação imediata dos casos suspeitos de COVID-19, logo após a realização do teste, possibilita desencadear as medidas de investigação epidemiológica (coleta de material biológico, identificação e orientação aos contatos próximos e monitoramento de possíveis casos secundários que venham a ocorrer) e monitoramento dos casos que sejam recomendados clinicamente o isolamento domiciliar;

CONSIDERANDO que, não obstante a obrigatoriedade da notificação compulsória dos casos suspeitos de COVID-19, a divisão de Vigilância em Saúde de Imperatriz enviou ao Ministério Público ofício relatando que foram detectados casos nos quais não foi efetivada a devida notificação compulsória, sobretudo de estabelecimentos privados (hospitais, farmácias e laboratórios);

CONSIDERANDO que, no mesmo ofício, consta a informação de que o Laboratório do Trabalhador, Citoclínica, Laboratório Cebrac, Laboratório Maria Antonielli, Laboratório Citodiagnósticos, Farmácia Poupe Mais, PREVEN, não se encontram cadastrados na plataforma COVID-MA, de maneira que não procedem a devida notificação compulsória;

CONSIDERANDO a necessidade de se reforçar junto aos estabelecimentos privados de Imperatriz acerca da necessidade de estrita observância dessa normatização, sob pena de comprometimento da eficácia das ações integradas de vigilância epidemiológica, bem como no atendimento de pacientes na rede hospitalar e ambulatorial no município e em todo o Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei n. 6.259/75 define que os profissionais de saúde, no exercício da profissão, bem como os responsáveis pelos estabelecimentos públicos e particulares de saúde e de ensino são obrigados a comunicar a ocorrência de agravos de interesse público, sendo que o não cumprimento dessa obrigação está sujeito a medidas punitivas;

CONSIDERANDO que Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, estatui que é infração sanitária “deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes, sob pena de advertência e/ou multa, conforme o art. 10, inciso VI, da Lei n. 6.437/77, além da incidência das demais sanções cabíveis nas esferas penal, civil e administrativa;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público, no exercício de suas funções, expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem com o respeito aos direitos, bens e interesses cuja defesa lhe caiba promover, fixando prazo para adoção das providências cabíveis;

RESOLVE:

RECOMENDAR aos hospitais, farmácias e laboratórios da rede privada do município de Imperatriz que cumpram rigorosamente com o dever de notificação compulsória dos casos confirmados ou suspeitos de COVID-19, independente do resultado detectável ou não detectável, sob pena de o descumprimento ensejar aplicação de punições penais, civis e administrativas, inclusive mediante processo ético-disciplinar;

RECOMENDAR ao Laboratório do Trabalhador, Citoclínica, Laboratório Cebrac, Laboratório Maria Antonielli, Laboratório Citodiagnósticos, Farmácia Poupe Mais, PREVEN, que procedam ao imediato cadastro da plataforma COVID-MA, antes de realizarem os testes, sob pena de responsabilização.

Outrossim, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, segunda parte, da Lei nº 8.625/93, sob penas da legislação, o Ministério Público, por meio do Promotor de Justiça ao final assinado, REQUISITA que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, seja encaminhada ao e-mail da promotoria 5pjeimperatriz@mpma.mp.br, resposta, por escrito, sobre o acatamento da presente Recomendação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação poderá acarretar a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, pelo Ministério Público.

DETERMINO à assessoria desta Promotoria de Justiça a tomada das providências cabíveis para a publicação desta RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Cumpra-se.

Imperatriz, 11 de agosto de 2020.

* Assinado eletronicamente

THIAGO DE OLIVEIRA COSTA PIRES

Promotor de Justiça Matrícula 1071803 Documento assinado. Imperatriz, 12/08/2020 09:20 (THIAGO DE OLIVEIRA COSTA PIRES)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-5ºPJEITZ, Número do Documento 422020 e Código de Validação 171BFADD5E.